Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. (Em reais) - 1. Contexto operacional - A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DO PARÁ- SICOOB CENTRAL AMAZONIA, é uma sociedade de pessoa, instituição financeira não bancária,de natureza civil.sem fins lucrativos e não sujeita a falência. fundada em 15/10/1992, com objetivos de organizar em maior escala os serviços administrativos e financeiros,econômicos e creditícios em beneficio de suas filiadas.Regida pela lei nº 4.595 de 21/12/64,pela lei nº 5.764 de 16/12/1971.Filiada a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras,a CONFEBRAS Confederação Brasileira de Cooperativas de Credito,bem como ao SICOOB-- Confederação Brasileira das do Sicoob.È conveniada ao BANCOOB-Banco Cooperativo do Brasil S/A. O SICOOB CENTRAL AMAZONIA. Está sediada em Belém e abrange todo estado do Pará e Amapá. O SICOOB CENTRAL AMAZONIA... Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira as suas credis; (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71,e a lei complementar 130 e as normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. **Alteração da Lei das Sociedades por Ações -** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, em 12 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449, que recentemente foi convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Ambos normativos legais alteraram significativamente a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, para os exercícios sociais encerrados após 31.12.2007. Segundo a nova legislação, a emissão de normativos contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para as companhias brasileiras deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Parcela representativa das principais alterações promovidas pela Lei já são substancialmente adotadas pela Cooperativa, em decorrência dos normativos editados pelo BACEN, CFC entre outros. Em 24/09/2009 o BACEN divulgou a Resolução 3.786, que dispõe, sobre a elaboração e divulgação dos demonstrativos contábeis no padrão internacional. Desse modo neste primeiro momento existe a possibilidade da elaboração e divulgações das demonstrações no padrão nacional.Porém ficou estabelecido pela Diretoria Executiva do Sicoob Central Amazonia, que as demonstrações desta instituição estarão em consonância ao padrão internacional. No momento, a Cooperativa está promovendo estudos, avaliações e determinados ajustes decorrentes dos impactos dessa nova Lei, inclusive com apoio das entidades representativas dos setores. Dentre as principais alterações promovidas pela Lei, destacamos: - Reclassificação do ativo em dois grandes grupos conforme determinação dos art. 178, 179 e 180, o Ativo Circulante e Ativo não Circulante. No Ativo não Circulante passou a contemplar uma nova estrutura composta pelos subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e In¬tangível; - O subgrupo "Intangível" inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o goodwill adquirido; - O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade. - O ativo diferido deixa de existir, porém como consta na própria legislação, o saldo existente em 30 de junho de 2009 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização; - O grupo Resultado de Exercícios Futuros deixa de existir; - Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para reservas e lucros – reserva de incentivos fiscais e excluída da base de dividendos mínimos obrigatórios. **3. Principais práticas contábeis -** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **a) Disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários -** As disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários. São avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **a.1) As disponibilidades totalizaram em 31/12/2011 o montante de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais). 4) Aplicações interfinanceiras de Liquidez -** a) As aplicações em CDI – Certificados de Depósitos Interfinanceiros, pré-fixados e pós-fixadas, totalizam R$ **3.678.361,37 (Três milhões ,seiscentos e setenta e oito mil trezentos e sessenta e um reais e trinta e sete centavos.)** em 31/12/2011. Tais recursos foram captados das Filiadas e estão representados no Grupo 1.2, do Ativo. **5. Títulos e valores mobiliários -** Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários do SICOOB AMAZONIA estavam composta pelo montante de R$ 9.368.590,45. **6. Operações de Crédito -** As Operações de Crédito estão registradas pelo valor futuro.Sendo assim as operações de credito futuras foram devidamente retificadas pela conta de rendas a apropriar. Os empréstimos concedidos às filiadas estão respaldados pelos seus respectivos contratos, de acordo com as normas internas da Central. Nos exercícios em questão, a Carteira de Crédito estava resumida conforme o valor abaixo: **6.1 Circulante**

Ano 2011 **Ano de 2010**
R$ 430.387,22 **R$ 199.351,05**

6.2 Não Circulante (Longo prazo)

RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	*SALDOS EM R$*	
	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos a Associados e Adiantamento a Depositantes	2.154.854,84	1.920.059,02
(-) Rendas a Apropriar	-438.438,35	-171.256,84
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-29.840,51	-36.897,42
TOTAL	**1.686.575,98**	**1.711.904,76**

6.2.1 As operações de credito estão segregadas com base no relatório emp 006,com isso vale ressaltar que as informações contidas no relatório não possibilitam uma segregação a curto e longo prazo pelo valor das parcelas a vencer.Desse modo foram divididas pelo período de vencimento do contrato. 6.3 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito.

POR NÍVEIS DE RISCO		
RISCO	VALOR (R$)	
	2011	2010
AA		
A	672.990,32	
B	567.674,86	784.119,14
C	912.721,35	1.170.080,08
TOTAL	**2.153.386,53**	**1.954.199,42**

As Resoluções 2.682/99 e 2.697/00 do Banco Central do Brasil definem os critérios para a classificação das operações de crédito em ordem crescente de nível de risco que, em função principalmente do efetivo atraso de cada devedor, vão do AA (risco mínimo) ao H (risco máximo). Demonstramos a seguir a composição da Carteira de Crédito por Níveis de Risco e por Faixa de Vencimento. **a)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa -** A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do BACEN, que determina a classificação das operações por nível de risco. **7. Outros créditos -** Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente resultaram em R$ 191.991,31. **8. Investimentos -** Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, não sofrendo qualquer tipo de desvalorização ou valorização. Os investimentos possuem a seguinte composição: 8.1 Ações do Bancoob R$ 291.404,57(Duzentos e noventa e um mil e quatrocentos e quatro reais e cinqüenta e sete centavos.) 8.2 Cotas Confebras R$ 3.794,00 (Três mil, setecentos e noventa e quatro reais). 8.3 Cotas Sicoob Confederação R$ 453.713.90(Quatrocentos e cinqüenta e três mil,setecentos e treze reais e noventa centavos.) 8.4 Cotas no CNAC R$ 15.000,00(Quinze mil Reais). 8.5 Obras de arte adquiridas para decoração das instalações do Sicoob Central Amazonia.R$ 19.885,62 (Dezenove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) **9. Imobilizado de Uso -** Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional.

Descrição	Taxa de Depreciação	2011	2010
Imóveis de Uso	4%	817.370,42	853.030,70
Instal., Móveis e Equipam.	10%	123.765,32	104.279,69
Sistema de comunicação	10%	7.634,30	9.225,88
Sist. de Proces. de Dados	20%	38.050,99	33.548,90
Sistemas de Segurança	10%	5.897,67	8.515,71
TOTAL		**992.718,70**	**1.008.600,88**

10. Diferido - Apresentou um montante de R$ 21.874,78(Vinte e um Mil e oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos). **11. Intangível -** Apresenta o montante dos gastos com Sistema de Processamentos de Dados - Softwares, registrados pelo valor de aquisição e deduzidos de sua amortização acumulada, calculada pelo **método linear**, contemplando a estimativa de tempo útil de retorno econômico dos citados gastos. Na data do balanço totalizava **R$ 59.350,90(Cinqüenta e nove mil e trezentos e cinqüenta reais e noventa centavos) - 12. Deposito -** Representam o saldo das aplicações financeiras das filiadas na Central, em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, pós e pré-fixados, que totalizaram **R$ 3.678.696,37 (Três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos)** até a data do balanço. Esses recursos são integralmente aplicados pela Central no Bancoob. **13. Relações Interfinanceiras. -** Representam o saldo dos mantidos pela filiadas na conta de centralização financeira, no exercício fim totalizou o montante de R$ 5.337.651,50 (Cinco milhões trezentos e trinta e sete mil,seiscentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta centavos). **14. Relação de interdependência -** Representa o montante de recursos arrecadados por filiadas através dos recebimentos de convênios (energia), a serem repassados em 2 (dois) dias à concessionária Celpa. Na data do fechamento do Balanço, totalizavam **R$ 43.331,77 (Quarenta e três mil,trezentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos - 15. Outras Obrigações - 15.1 Sociais e Estatutárias -** Neste grupo encontra-se a conta de FATES-Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social. Cujo montante é de R$ 1.061.239,82 (Um milhão, sessenta e um mil e duzentos e trinta e nove Reais e oitenta e dois centavos). **15.2 Cotas de Capital a Devolver.** Capital de Singulares que saíram do quadro social da central no exército de 2010. No montante de R$ 1.059.945,14(Um milhão,cinqüenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos). **16. Provisão para Passivos Contingentes -** Nesta conta o montante de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) referente a uma ação judicial, que desrespeito ao um processo de danos morais conforme relatórios de ações apresentado pela assessoria jurídica da central. Com base no relatório de ações da assessoria jurídica o Conselho de administração do Sicoob central Amazonia,resolveu reverter a provisão no montante de R$ 49.000,00. **17. Patrimônio Líquido - 17.1**

17.1 Capital Social - É representado pela participação de 19 (Dezenove) cooperativas associadas, atingindo o montante de **R$ 6.394.861,36(Seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos.)** devidamente integralizado até a data do balanço. **17.2 Destinações estatutárias e legais -** De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas totalizaram R$ 20.51,55. A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades; O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES. **18. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional -** A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional do Sicoob Central Amazônia e filiadas está disponível para acesso público no site www.sicoobamazonia.coop.br. - A estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco – **ACI**, pelo Monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria do Sicoob Brasil. - O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Verificação de Conformidade – **SVC**, integrante do Manual de Controle Interno – **MCI**. A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – **MRO**. As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
Política de gerenciamento do risco operacional	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	●	●			
Provimento – ao ACI – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o ACI e o Conselho de Administração.		●			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			●		
Monitoramento das ações do ACI, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				●	
Execução de testes de avaliação da política.					●

● 1 – Conselho de Administração ● 2 – Diretoria-Executiva ● 3 – ACI ● 4 – Monitor ● 5 – Área de Auditoria do Sicoob Brasil - **19. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado -** A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público no site www.sicoobamazonia.coop.br - A estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo agente de Controle Interno e de Risco, pelo monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria do Sicoob Brasil. O instrumento principal por meio do qual será avaliado o risco de mercado da cooperativa está endo desenvolvido pela Confederação do Sicoob Brasil. - A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – **MRM**. As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
Política de gerenciamento do risco de mercado	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	●	●			
Provimento – ao agente de Controle Interno – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	●	●			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			●		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				●	
Execução de testes de avaliação da política.					●

● 1 – Conselho de Administração ● 2 – Diretoria-Executiva ● 3 – gente ● 4 – Monitor ● 5 – Área de Auditoria do Sicoob Brasil - **Valdecir Palhares** - Presidente - **Irecê Firmino** - Diretor Administrativo - **Vera Almeida** - Diretor Financeiro - **Rowana Menezes** - Contadora – CRC/ 014021/O-1